Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o coronel de administração militar Carlos Alberto Nunes Teixeira Coelho inspector-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Materiais, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 2.º grau.

O presente despacho produz efeitos a contar de 17 de Julho de 2005.

Anexa-se nota relativa ao currículo do nomeado.

29 de Setembro de 2005. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Curriculum vitae

Carlos Alberto Nunes Teixeira Coelho, coronel de administração militar, nascido em 3 de Janeiro de 1950, é licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar.

Após o seu ingresso no quadro permanente em 1975, como subalterno e capitão exerceu as seguintes funções: na área de instrução e comando na Escola Prática de Administração Militar, na área das finanças como chefe da Contabilidade dos Conselhos Administrativos da Escola Militar de Electromecânica e Direcção da Arma de Transmissões e chefe da Secção de Gestão Orçamental do Centro de Gestão Financeira Geral; na área do ensino, como professor de matemática dos 11.º e 12.º curso de formação de sargentos, na Escola de Sargentos do Exército, e ainda na área logística, como adjunto do chefe dos Serviços Comerciais das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE).

Como oficial superior desempenhou diversas funções na área logística, designadamente como chefe do Centro Comercial das OGFE e chefe da Repartição de Fardamento e Material Diverso, da Direcção dos Serviços de Intendência, e na área de finanças como chefe das Secções de Verificação de Contas e Gestão Financeira e Contabilidade e subchefe do Centro de Finanças do Governo Militar de Lisboa.

Promovido ao posto de coronel em Dezembro de 2000, foi colocado no Instituto de Acção Social das Forças Armadas, onde desempenhou funções no Centro de Acção Social de Oeiras.

Em Outubro de 2001, foi colocado na Inspeção-Geral da Defesa Nacional, ficando a prestar serviço na Inspeção da Administração dos Meios Financeiros. Em Abril de 2002 é nomeado em regime de comissão de serviço por um ano para o cargo de inspector-coordenador.

Posteriormente, em Setembro de 2003, é transferido para a Inspeção da Administração dos Meios Materiais, onde ainda desempenha funções, exercendo igualmente as funções de inspector-coordenador.

Em termos de formação profissional e complementar, frequentou os seguintes cursos:

Em 1978 o curso de promoção a capitão, no ano lectivo de 1986-1987 o curso geral de comando e estado-maior e em 2002 o orçamento como instrumento de gestão nos serviços públicos.

Durante a sua carreira recebeu vários louvores e possui a medalha de mérito militar de 3.ª classe e a medalha de prata de comportamento exemplar.

Despacho n.º 21 746/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 1.º grau seja efectuado de entre funcionários com seis anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que para o preenchimento de um cargo de inspector-director da Inspeção da Administração dos Meios Materiais (IAMM), da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação das candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

A escolha recaiu no candidato capitão-de-mar-e-guerra de administração naval Fernando Cardoso da Mata, que reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício do cargo a preencher.

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o capitão-de-mar-e-guerra de administração naval Fernando Cardoso da Mata inspector-director da Inspeção da Administração dos Meios Materiais, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, cargo de direcção intermédia do 1.º grau.

O presente despacho produz efeitos a contar de 17 de Julho de 2005. Anexa-se nota relativa ao currículo do nomeado.

29 de Setembro de 2005. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Curriculum vitae

Fernando Cardoso da Mata, capitão-de-mar-e-guerra, nasceu na Sertã, em 14 de Novembro de 1946, tem residência em Lisboa e é casado, com dois filhos.

Ingressou na Marinha como cadete da Escola Naval em 1 de Setembro de 1967, tendo-se licenciado em Ciências Militares, curso de Administração Naval, com a classificação de 12,63 valores, após o que iniciou a sua carreira de oficial de marinha com a promoção a guarda-marinha em 1 de Junho de 1971. Em 1984 foi habilitado pelo Instituto Superior Naval de Guerra com o Curso Geral Naval de Guerra, com a classificação de 13,50 valores, foi promovido a oficial superior em 9 de Maio de 1986 e atingiu o posto de capitão-de-mar-e-guerra em 30 de Novembro de 1999, tendo transitado para a situação de reserva em 14 de Novembro de 2003.

Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1982, com a classificação de 16 valores — *Bom com distinção*.

Enquanto oficial subalterno, foi chefe do Depósito Territorial do Comando da Defesa Marítima da Guiné, chefe do Serviço de Abastecimento e secretário-tesoureiro do conselho administrativo a bordo das fragatas *Comandante Hermenegildo Capelo* e *Comandante Roberto Ivens* e em terra no Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (Vila Franca de Xira) e no Departamento Marítimo do Centro, Lisboa (Capitanias dos Portos da Nazaré, Peniche, Cascais, Lisboa, Setúbal e Sines), tendo ainda chefiado na Direcção de Abastecimento a Secção de Processamento de Requisições e um sector de depósitos.

Como oficial superior, foi chefe de repartição/divisão na Direcção de Abastecimento, Direcção do Serviço de Manutenção, Direcção de Navios e Chefia do Serviço de Apoio Administrativo, tendo exercido funções no âmbito da logística do material, do planeamento, execução e controlo dos orçamentos anuais daqueles órgãos e dos vencimentos e abonos do pessoal da Marinha. Foi vogal dos seus conselhos administrativos, onde exerceu competências de deliberação, tal como nos anteriormente mencionados, em matéria de realização de despesas e de gestão patrimonial.

Foi nomeado pela Marinha para integrar uma equipa de inspecção da Inspeção-Geral das Forças Armadas, tendo sido colocado em 1998 naquele órgão, actualmente Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), inicialmente em inspecções de análise ao sistema logístico das Forças Armadas e depois na Inspeção da Administração dos Meios Materiais (IAMM).

Participou em diversas acções inspectivas, vindo a ser mais tarde chefe da equipa de inspecção, responsável pelo seu planeamento, direcção, coordenação e execução, bem como pela elaboração dos respectivos relatórios.

Foi provido no cargo de inspector-coordenador por despacho ministerial de 1 de Março de 2001 e, desde 16 de Maio de 2003, foram-lhe atribuídas as funções de direcção da IAMM, tendo assegurado o planeamento, coordenação e controlo das actividades daquela área de inspecção, com duas equipas em actividade.

Ao longo da sua carreira foram-lhe conferidos 11 louvores (3 colectivos), 4 dos quais por oficial general, e atribuídas quatro medalhas militares.

Despacho n.º 21 747/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau seja efectuado de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, para o preenchimento de um cargo de inspector-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Humanos (IAMH), da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação das candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

A escolha recaiu no candidato tenente-coronel ENGEL Vítor Manuel Santana Maia Pita, que reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício do cargo a preencher.

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o tenente-coronel ENGEL Vítor Manuel Santana Maia Pita inspector-coordenador da IAMH, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional — cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

O presente despacho produz efeitos a contar de 17 de Julho de 2005. Anexa-se nota relativa ao currículo do nomeado.

29 de Setembro de 2005. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

Curriculum vitae

Vítor Manuel Santana Maia Pita, tenente-coronel engenheiro electrotécnico da Força Aérea, nascido em 12 de Agosto de 1955, é licenciado em Engenharia Electrotécnica pelo Instituto Superior Técnico (IST) da Universidade Técnica de Lisboa.

Como militar exerceu funções na Direcção de Electrotecnia do Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea, entre 1984 e 1998, como engenheiro projectista e chefe da Secção de Projectos na Repartição de Electricidade de Terra. Neste período realizou diversas actividades inspectivas, integrando as equipas das inspecções técnicas e sectoriais aos diferentes órgãos e unidades da FAP.

Exerceu ainda funções, como inspector, na Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), desde Junho de 1998, nos serviços da IAMH, tendo realizado diversas acções inspectivas até Dezembro de 2002.

Tem exercido as funções de inspector-coordenador, na IGDN, desde Janeiro de 2003, nos serviços da IAMH.

Em termos de formação profissional e complementar, frequentou os seguintes cursos e estágios:

- Estágio técnico-militar realizado na Academia da Força Aérea no período de 10 de Outubro de 1983 a 9 de Novembro de 1984;
- Curso geral de guerra aérea, ministrado pelo Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, que decorreu de 20 de Fevereiro a 21 de Julho de 1995;
- Curso de automação e gestão de energia em edifícios e instalações industriais, ministrado no Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, em Dezembro de 1988;
- Curso de *airfield lighting systems*, na ADB, Bélgica, em Maio de 2002;
- Curso de gestão estratégica de recursos humanos, no INA, em 2001;
- Seminário de instalações eléctricas colectivas de edifícios e entradas, na CERTIEL, Março de 2002;
- Curso de gestão estratégica de recursos humanos — nível avançado, no INA, em 2002;
- Curso de projectista de redes de gás, no Instituto Tecnológico do Gás, em 2003;
- Curso de auditoria de recursos humanos, no INA, em 2003;
- Curso de segurança industrial, no GNS, em 2003;
- Curso geral de segurança de matérias classificadas, no GNS, em 2003;
- Curso de auditoria de qualidade, no INA, em 2004;
- Nomeado como ponto de contacto, pela IGDN, para os assuntos decorrentes do grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Protecção Radiológica e Segurança Nuclear, em 15 de Dezembro de 2004;
- Diversos cursos de informática na óptica do utilizador.

Foi louvado em três ocasiões por oficial general e condecorado com a medalha de prata de comportamento exemplar e a medalha de mérito militar de 2.ª classe.

MARINHA**Arsenal do Alfeite**

Aviso n.º 9020/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de ingresso.* — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do administrador do Arsenal do Alfeite de 3 de Outubro de 2005 e mediante autorização do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de 26 de Setembro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis contados da data de publicação deste aviso, concurso interno geral de ingresso para a carreira de técnico licenciado na seguinte conformidade:

Concurso n.º 05/05 — um licenciado para a área de aprovisionamento.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Legislação específica aplicável — Decreto n.º 31 873, de 27 de Janeiro de 1942, e Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro.

4 — Local de trabalho — instalações do Arsenal do Alfeite, com ressalva de eventuais necessidades de deslocação.

5 — Carreira e categoria — carreira de técnico licenciado e categoria de estagiário ou técnico licenciado, definidas no anexo I à Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro. O ingresso nas carreiras profissionais faz-se nos termos do n.º 8.º desta portaria.

6 — Conteúdo funcional — definido no anexo III à Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro.

7 — Vencimento — os níveis salariais são os constantes da tabela de vencimentos em vigor para o pessoal do Arsenal do Alfeite (despacho conjunto n.º 907/99, de 30 de Julho, com as sucessivas actualizações salariais anuais).

8 — Nomeação — de acordo com as normas aplicáveis do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. No caso de militares abrangidos pelo artigo 30.º do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, o ingresso realiza-se através de contrato anual renovável, nos termos do artigo 33.º do Decreto n.º 31 873, de 27 de Janeiro de 1942.

9 — Lugares a preencher e prazo de validade — o concurso é válido durante um ano contado da data de publicação da lista de classificação final para preenchimento do lugar referido no n.º 1 e daqueles que vagarem na mesma área funcional.

10 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

10.1 — Podem candidatar-se os funcionários ou agentes que até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas:

- a) Satisfaçam as condições previstas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Possuam uma das seguintes licenciaturas:

Licenciatura em Gestão;
Licenciatura em Gestão de Empresas;
Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas;
Licenciatura em Gestão e Engenharia Industrial.

10.2 — Podem ainda candidatar-se, desde que preencham os requisitos fixados nas alíneas a) e b) do número anterior, os militares que se encontrem nas condições fixadas no n.º 1 do artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, e façam prova do tempo de serviço efectivo em RC através de declaração emitida pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

11 — Factores de preferência — é factor de preferência ter experiência profissional na área funcional a que se dirige o concurso.

12 — Formalização das candidaturas:

12.1 — O requerimento de admissão ao concurso deve ser dirigido ao administrador do Arsenal do Alfeite, contendo os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, data de nascimento, filiação, nacionalidade, naturalidade, estado civil, número, data, validade e serviço emissor do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Categoria actual, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- c) Habilitações literárias;
- d) Concurso a que se candidata (identificação do concurso de acordo com o n.º 1 do presente aviso, número deste aviso, data e número do *Diário da República*);
- e) Declaração, sob compromisso de honra, em como possui os requisitos legais de admissão ao concurso;
- f) Data e assinatura.

12.2 — Os requerimentos são obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado com descrição da experiência profissional e ou formação profissional e indicação de todos os aspectos que se considerem relevantes para apreciação do mérito para a função. A experiência e a formação profissionais devem ser, obrigatoriamente, comprovadas documentalmente, em anexo ao currículo;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias, com descrição das disciplinas e correspondentes classificações;
- c) Declaração actualizada, emitida pelo serviço de origem, da qual constem a categoria, a carreira e a natureza do vínculo;
- d) Declaração emitida pela entidade competente relativa ao tempo de serviço efectivo prestado em RC e respectiva área funcional, no caso de candidatos abrangidos pelo n.º 10.2 do presente aviso.